

A LITERATURA BRASILEIRA E O OLHAR FRANCÊS

Maria Elizabeth Chaves de Mello
UFF

No século XVIII francês, a maior novidade das 'luzes' é a substituição da fé tradicional pela razão e pela experiência, que passam a ser, desde então, o princípio e a base de todo conhecimento. Fundamentados na leitura de inúmeros filósofos – Descartes, com a possibilidade de alcançar a verdade através do exercício da razão lógica; Spinoza, com a crítica da revelação; e Locke como empirismo – os 'iluministas' adquirem o gosto pelos fatos positivos. Assim, o primado da religião vai cedendo lugar ao da ciência. As teorias de Newton, as pesquisas de laboratório, o gosto pela erudição entre os historiadores, tudo trabalha para que esse prestígio seja cada vez maior. Desenvolve-se, entre os franceses, uma viva curiosidade pelos usos e costumes dos países estrangeiros.

Um desses *philosophes*, Montesquieu, condenando o despotismo e pregando a separação dos poderes, torna-se peça chave na história das idéias dessa época. Bem dentro do espírito das 'luzes', ele procura as causas físicas que agem sobre as leis, elaborando a famosa 'teoria dos climas', em grande parte responsável, não só pelas visões européias da América, mas também pela imagem que nós, brasileiros, fazemos de nós mesmos.

A teoria dos climas não tem, na verdade, a sua origem em Montesquieu. Ela parece ter sempre existido, de uma maneira ou de outra, na história do povo europeu. Boileau já constatava, como se fosse do conhecimento de domínio público, que o clima influencia o temperamento do homem. Mas é Montesquieu quem elabora todo um sistema a partir dessa idéia, apresentando-a com um rigor 'científico', fundamentando-a na experiência. Segundo ele, o ar frio comprime as extremidades das fibras exteriores do corpo, aumentando a sua força e favorecendo o retorno do sangue que circula das extremidades do corpo até o coração. Diminuindo o tamanho das fibras, aumenta a sua força. Por outro lado, o ar quente relaxa as extremidades das fibras, alongando-as e diminuindo, assim, a sua força.

Aí estaria a explicação para o fato de que a sensibilidade aos prazeres é pequena nos países frios, maior nos países temperados e enorme nos países quentes. Além disso, por reduzir a força das fibras, o clima quente favorece a aceitação do despotismo, da escravidão:

Não surpreende que a covardia dos povos dos climas quentes os tenha tornado quase sempre escravos, e que a coragem dos povos dos climas frios os tenha mantido livres. É um efeito que deriva da sua causa natural. (MONTESQUIEU: 1958, v.2, p.523)

Montesquieu relaciona a fraqueza, timidez e apatia dos habitantes do clima quente à exaltação de suas faculdades imaginativas. *A natureza, que deu a esses povos uma fraqueza que os torna tímidos, deu-lhes também uma imaginação tão viva que tudo os impressiona ao excesso* (idem, p.137). A imaginação e a sensibilidade são, portanto, *topoi* da visão dos europeus em relação aos países tropicais. Tentando sistematizá-las para o público francês, Mme. de Staël analisa o estado da alma romântica e, ao fazê-lo, lança as bases que vão inspirar a nova literatura, classificando a inquietação, a melancolia e o entusiasmo lírico como características da alma romântica. Em *De la littérature*, a teoria dos climas de Montesquieu é retomada na afirmação de que

(...) o clima é uma das razões principais das diferenças(...)entre as imagens que agradam ao Norte e as que as pessoas do Midi gostam de lembrar(...)Os poetas do Midi misturam ininterruptamente a imagem da frescura, dos bosques espessos, dos riachos límpidos com todos os sentimentos da vida(...)Essa natureza tão viva que os cerca excita neles mais movimentos do que pensamentos. Foi um erro, ao que me parece, terem dito que as paixões eram mais violentas no Midi do que no Norte. Vê-se aí mais interesses diversos, mas menos intensidade em um mesmo pensamento; ora, é a consciência que produz os milagres da paixão e da vontade.

Os povos do Norte cuidam menos dos prazeres do que da dor, e sua imaginação torna-se mais fecunda (STAËL: 1959, v.4, p. 223-224).

Em outros termos, para Mme. de Staël, o sol do sul anima a imaginação, e esta seria a causa da riqueza dos contos árabes em relação aos contos europeus. É assim que o indivíduo dos países do Velho Mundo pode encontrar nas regiões de clima quente uma compensação para a falta de ‘civilização’: a natureza funcionaria como elemento compensador.

Também nessa linha, para Buffon, leitor de Locke, a verdadeira ciência é proveniente do conhecimento dos fatos. Na confrontação dos animais da Europa com os da América, ele indaga se não há ancestrais comuns a todos, construindo a hipótese de suas diferenças seriam oriundas de alterações devidas a condições de vida diferentes. Segundo Buffon, a temperatura, a qualidade da alimentação e os males da escravidão seriam os três fatores que provocariam as mudanças e a degeneração dos animais e dos homens. Já anunciando o evolucionismo e a idéia da *seleção natural* de Darwin, Buffon também afirma o mesmo que a teoria dos climas de Montesquieu com relação ao homem, concluindo que a Europa, pelo seu clima temperado, seria o lugar ideal para a civilização.

No *Discours sur le style* (1753), na ocasião da sua posse na Academia Francesa, Buffon define o estilo como resultado das idéias, da perfeita adaptação da expressão ao pensamento, atributos, segundo ele, do homem dos climas temperados. A partir daí, ele questiona a possibilidade de os povos do Novo Mundo possuírem estilo, acrescentando que o homem selvagem e a natureza americana são percebidos de forma ambivalente pelo discurso europeu, entre a *imagem positiva da felicidade natural e inocente dos habitantes de clima fértil, e a condenação dos seus costumes bárbaros* (BUFFON: 1978, p. IV). Ou seja, haveria um olhar ambíguo sobre os habitantes das Américas proveniente de duas causas: a primeira seria a imagem do Éden, projetada sobre a América desde o século XVI - lugar da eterna primavera, com temperatura constante, habitada pelo *bon sauvage*. A Segunda seria a necessidade, no século XVIII, de se legitimar a expansão colonial européia para que as ‘luzes’ pudessem ser difundidas.

Existe, então, uma tensão entre a ‘imagem negativa’ do homem e da natureza americana (Montesquieu, Buffon, etc) e a ‘imagem positiva’ de Rousseau, para quem a natureza seria fundamentalmente boa, não corrompida pelo pecado original, bastando apenas deixar que ela se desenvolva, para que os seus frutos sejam bons, pois a civilização e a sociedade é que corrompem o homem. O *bom sauvage*, de Rousseau, seria vigoroso, simples e generoso, ignorando a corrupção das ciências e das artes, feliz por viver de acordo com a mãe natureza (cf. ROUSSEAU: 1969).

Essa tensão ‘imagem positiva’ versus ‘imagem negativa’ é importante para nós, na medida em que comandará a discussão sobre o racismo científico e a inferioridade dos povos de origem não-européia, predominante na cultura brasileira do século XIX. Essa ambigüidade permite considerar os selvagens como o contrário do progresso: são povos sem história, sem religião, sem escrita. Mas são livres e nobres, sem leis, sem vícios e sem noção de propriedade. Ou seja, há aí o cruzamento e a alternância de uma visão ‘positiva’ para os europeus, povos civilizados, proclamando as vantagens do progresso; e de uma outra visão ‘positiva’ para os selvagens, denotando desencanto com a civilização.

Ora, como vimos, a Europa, a partir do século XVI, havia tomado gosto por viagens, o que fazia com que, a cada dia, ela mais buscasse alargar o seu objeto de reflexão. Com isso, a América surgia como um dos lugares prioritários da difusão das ‘luzes’. Ou, segundo Maria Helena Rouanet, como ‘campo de provas’(ROUANET, 1991, p.59), teste e prática das doutrinas sobre o homem e a sociedade. Ou seja, o Velho Mundo justifica a empresa colonizadora como garantia da irradiação das suas idéias e, ao mesmo tempo, elabora a utopia do homem natural, ao qual serão impostos os costumes dos europeus.

Em outras palavras, podemos afirmar que a Europa lança-se à tarefa colonizadora para garantir a irradiação das idéias do Iluminismo, enquanto, simultaneamente, forja a utopia do homem natural, ao qual se pretendia impor os costumes dos europeus (HAZARD: 1953, p.358). O mito do *bon sauvage* é tão útil para os religiosos quanto para os ateus: para os primeiros, como fundamento da crítica à moral da civilização do século XVIII, na medida em que apresenta o selvagem como isento de todos os vícios e defeitos dessa sociedade; por sua vez, os livres pensadores também vão se servir dos ameríndios para provar a superioridade do homem natural, baseada no instinto e na razão. A eles podemos acrescentar a visão dos *savants*, que falam de seres repulsivos, antropófagos e ferozes e teremos o selvagem ora bom, ora mau, dando respaldo a agnósticos e religiosos, enquanto a América torna-se, ao mesmo tempo, um paraíso a ser preservado e um mundo primitivo que deve ser ‘civilizado’.

Mas o século XVIII vive uma outra descoberta, a da ‘pedagogia’, que consistia em preparar em todas as crianças *os futuros adultos e conseguir, assim, construir sob medida a tão desejada sociedade feliz* (ROUANET: 1991, p.61). Ora, considerando-se o homem primitivo como a infância do homem civilizado, cabe ao europeu ensinar-lhe as conquistas do pensamento racional, numa concepção de colonização que pode ser definida como uma espécie de ‘pedagogia’ para que se preparasse a idade adulta do mundo em geral. É o que Michèle Duchet chama de *Cruzada das Luzes*, onde *o homem selvagem é objeto e só o homem civilizado é sujeito* (DUCHET: 1971, p.17).

Essa questão da ‘pedagogia’ aliada ao ‘colonialismo’ torna-se ainda mais evidente na obra de Ferdinand Denis. Considerado o maior lusitanista e brasilianista da primeira metade do século XIX, dos primeiros europeus a escrever sobre o Brasil da época, Denis torna-se fonte e autoridade em matéria de Brasil, tanto aqui quanto na Europa, o elo entre o Brasil e a França, o especialista europeu em assuntos brasileiros¹ Evidentemente, em um trabalho que se propõe a refletir sobre a assimilação das idéias européias no nosso país, é impossível deixarmos de lado esse viajante francês que, graças ao intercâmbio constante entre os dois países, podia conhecer as expectativas e anseios da gente brasileira. Assim, Denis torna-se fonte de consulta obrigatória para todos os que procuram uma ‘autoridade inquestionável’ no que diz respeito ao Brasil, fazendo um bom trabalho de divulgação da nossa ‘causa’ junto aos europeus. Mas, o mais importante, é o estabelecimento de parâmetros para a instituição de uma imagem da realidade brasileira; o que, segundo Maria

Helena Rouanet, seria feito muito conscientemente, a partir de uma constatação do próprio Denis, de que *esta é a mania de toda a América: ela quer ancestrais ilustres* (apud ROUANET: 1991, p.109). Respondendo a essas expectativas, Denis lança-se como o introdutor do romantismo no Brasil, o autor do nosso *Prefácio de Cromwell, o pai da escola romântica brasileira, o autor do primeiro manifesto romântico brasileiro*, como é chamado o seu livro por inúmeros críticos. Com a sua intuição em captar os anseios do nosso povo, *quatro anos apenas contávamos de existência política, e já o Sr. Denis revelava à Europa a urgente necessidade de uma literatura brasileira* (FERNANDES PINHEIRO: 1978, p.495). O que é muito bem aceito pelo público daqui, porque Denis tinha a vantagem de ser francês, não ‘compactuando’, portanto, com os nossos colonizadores portugueses. Havia, naquele momento de independência política, um anseio de liberdade cultural, que permitia que o nosso público fizesse uma ‘substituição de colonizadores’: aderiria-se à França, por ser esta a detentora das *luzes*, o país da cultura, etc. Ou, com Vamireh Chacon,

a francofilia representava, entre nós, desde os pródomos da nossa Independência, uma maneira de opor-se ao domínio português(...)a França era festejada por reacionários e progressistas, como matriz intelectual donde importavam as idéias que convinham a cada grupo, embora por diferentes motivos(CHACON: 1981, p.18).

Deste modo, o país rejeita o pai colonizador e busca novos modelos para serem imitados. Denis soube captar esse anseio nacional por um colonialismo cultural diferente do português e pôs ‘mãos à obra’. Segundo Antonio Candido, foi a ele que coube a tarefa de *iniciar a história da literatura brasileira e traçar as bases do nosso nacionalismo romântico* (CANDIDO: s.d., p.313). Assim, em 1824, ele escreve as *Scènes de la nature sous les tropiques et de leur influence sur la poésie*, que significam o primeiro passo para que o seu autor deixe de ser apreciado simplesmente como um viajante a mais, pois possui objetivos bem definidos e é uma obra dirigida a um interlocutor bastante determinado. Seu prefácio já começa fazendo uma definição de colonização em que esta é assim concebida:

À medida que a Europa vai ampliando as suas relações, que vai difundindo nas outras partes do mundo os benefícios da civilização, vêmo-la fazer um contínuo intercâmbio, e ela enriquece as suas artes e o seu comércio com indústria de todos os povos que submete ao seu poder(DENIS: 1824, p.I).

Definindo colonização como uma ‘troca’, um intercâmbio, Denis torna explícito o que era dito de maneira implícita por seus predecessores: que a colonização deve ter como um dos seus componentes a ‘pedagogia’. Segundo o viajante francês, era necessário que houvesse uma difusão da cultura européia para que, em contrapartida, o comércio e as artes pudessem se enriquecer. Com as *Scènes*, Denis pretende

(...) lembrar a influência da natureza sobre a imaginação e dar a conhecer aos europeus o partido que eles podem tirar das grandes cenas a respeito das quais têm, as mais das vezes, apenas uma visão imperfeita (DENIS: 1824, p.III).

Assim, ele pretendia estender os *benefícios da colonização* às letras, pois, segundo ele, os europeus, até então, tinham se mantido *estrangeiros diante da paisagem que tentavam pintar* (DENIS: 1824, p.II). A recepção do livro mostra o quanto ele é ‘oportuno’: na França, merece várias resenhas e Sainte-Beuve considera que (...) *significa, portanto, prestar um serviço aos poetas, significa abrir novas fontes para as suas inspirações, o fato de lhes pôr diante dos olhos algumas*

cenar dos trópicos consideradas sob este aspecto...(SAINTE-BEUVE: 1949, p.6). Entretanto, apesar de reconhecer a pertinência do objetivo de Denis, Sainte-Beuve considera que o crítico deve ser um intermediário no processo de formação de uma mentalidade. Por isto, embora ele ache justa a idéia principal das *Scènes*, questiona o gosto pelo empréstimo de idéias estrangeiras, o perigo de falar a uma nação de uma natureza que ela não compreende.

Sensível a Sainte-Beuve, que não aprova bem a proposta das *Scènes*, Denis muda de rumo e passa a ser o ‘divulgador’ do Brasil na França, orientador da literatura brasileira nascente, assumindo uma dupla e simultânea linha de ação. A partir da crítica de Sainte-Beuve, ele percebe que a sua tarefa deve ser orientar os brasileiros para que estes desenvolvam a sua própria literatura. Mais uma vez, encontramos-nos diante de uma preocupação ‘pedagógica’, tanto mais perigosa quanto os ‘alunos’(no caso, o público brasileiro) possuem uma porcentagem mínima da população alfabetizada e, os que sabem ler, não estão acostumados a hábitos de reflexão, estando, portanto, abertos a toda e qualquer idéia que lhes venha do ‘pai-colonizador’ de eleição, no caso, como vimos, a França.

Retomando as idéias de Montesquieu e de Madame de Staël sobre a influência do clima no temperamento dos povos, Denis considera que a inspiração brota com muito mais facilidade nos indivíduos que vivem no clima quente, até por causa da indolência que este provoca. Sua teoria pode ser resumida da seguinte maneira: o torpor, a *mollesse* provocados pelos climas quentes são estimulantes para a meditação. Mas, como não há reflexão, esse estado da alma vai se limitar a produzir algumas *fições brilhantes*, alguns *encantos musicais*. Denis avança mesmo a hipótese de que (...) *a mesma causa que excita tão vivamente o gênio poético seja a que se opõe ao desenvolvimento da sua literatura* (DENIS: 1824, p.7).

Assim, ele se propõe orientar os brasileiros, mostrando-lhes o caminho seguido por Bernardin de Saint-Pierre e Chateaubriand, que desfraldam os encantos da natureza diante dos olhos do leitor. Ensinando e orientando o povo brasileiro, o viajante francês está respondendo a Sainte-Beuve, que alertara para o perigo de se falar da natureza americana a um público incapaz de compreendê-la. Falando para o leitor brasileiro, falava-se para alguém que conhecia essa natureza. Além disto, representava um potencial de futuros poetas.

A alta sociedade do Rio de Janeiro e de San Salvador(...) não é alheia a nenhum gênero de literatura(...); cultivava as línguas da Europa, e tudo isto com disposições naturais muito notáveis (DENIS: 1826, p.79).

Dirigido aos brasileiros, o *Résumé de l'histoire littéraire* [2] adverte para o perigo de falarmos a mesma língua que os portugueses, sendo necessário, portanto, que se marque uma diferença para neutralizar essa ameaça. Para tanto, é necessária uma outra temática, original, americana, diferente das fábulas gregas que inspiravam os lusitanos. Mas o mais interessante é observar em Denis a consciência do mecanismo que se opera com a nossa literatura em relação à França:

(...) O papel que nos cabe desempenhar nesse país é ainda muito significativo, e se os ingleses têm, mais do que nós, a influência comercial que em toda parte lhes caracteriza a atividade, devemos contentar-nos com ver uma nação esplendente de juventude e de engenho afeiçoar-se às nossas produções literárias, por causa destas modificar as suas próprias produções, a estreitar através dos liames

espirituais os que devem existir na ordem política (DENIS: 1826, p.41).

Ou seja, Denis atribui aos ingleses a tarefa das relações *comerciais*, enquanto que aos franceses caberiam os *liames spirituais* a serem tecidos no domínio das relações políticas. Assim, bem consciente do seu papel, ele passa a trabalhar para estabelecer essa relação, o que realiza também na mesma obra. Fazendo a distinção entre uma independência política já realizada e outra literária por realizar, Denis mostra aos escritores brasileiros o caminho que deve ser seguido por eles, no *Résumé de l'histoire littéraire*², pregando a necessidade de uma temática genuinamente brasileira para que se tornasse possível ultrapassar o dilema da identidade lingüística com Portugal. Ou seja, para serem grandes como os europeus, os brasileiros precisariam ser diferentes deles. Para tanto, é preciso transpor para a literatura a natureza, mas uma natureza que nada tem a ver com o sentimento interior de Rousseau: trata-se da enumeração e descrição de árvores, bosques, flores etc, uma natureza que deve ser pintada como um quadro, numa atitude equivalente à da retórica sem reflexão. Assim fazendo, a intelectualidade brasileira nunca se sente 'em casa': no Brasil, fica de 'olho' na Europa, matriz de tudo o que deveria servir de modelo aqui; na Europa, fica de 'olho' no Brasil, a pátria se impondo como valor sentimental. Daí o tema do exílio, do *ai, que saudades*, tão caro aos brasileiros empenhados na construção de uma nacionalidade. Nos seus poemas, o Brasil é definido em termos de exotismo, ou seja, como uma afirmação de tudo o que os europeus não têm, de tudo o que falta à Europa.

Com essa visão, os representantes brasileiros do movimento romântico passam a adaptar a sua obra à missão que lhes é confiada pela Europa: a da instauração de uma realidade nacional. Assim, a função do crítico torna-se realmente 'pedagógica', no sentido de 'educar' o leitor, formando a sua opinião. Na verdade, todos eles, ou quase todos, partem da questão predominante, que pode ser resumida pela pergunta: *O que é ser brasileiro?*, numa tentativa de dar autonomia e fisionomia própria à nossa literatura, marcando a sua diferença em relação à portuguesa. A preocupação dominante dos nossos críticos passa a resumir-se na idéia da 'natureza' como elemento diferenciador (COSTA LIMA: 1981, p.41). Nesta linha, eles estudam o indígena, os tipos nacionais e o seu comportamento na diferenciação literária, o problema da língua portuguesa no Brasil, a questão de um *estilo brasileiro* etc.

Ou seja, ítems ligados a uma corrente nacionalista, surgida a partir do romantismo, que aqui entra ao mesmo tempo que o movimento pela independência política. Essa corrente nacionalista atravessa todas as escolas, até o naturalismo, e nela se misturam as duas doutrinas - idealismo e positivismo - que originariamente haviam inspirado as duas escolas. Ou, como afirma Afrânio Coutinho: *Os críticos da fase naturalista e positivista seguiram na esteira dos românticos, sem embargo da diversa orientação doutrinária que os norteou* (COUTINHO: 1972, p.16).

Leitores de Taine, esses críticos vêem a literatura como um produto da sociedade, dependente de fatores externos: o meio, a raça e o momento. Ou seja, a *idéia mestra* passa a ser o estabelecimento do tipo social, do caráter do autor, para que se possa compreender e interpretar a sua obra.

Outra conseqüência do espírito positivista e naturalista, centrado na explicação genética, que caracterizou a abordagem histórico-cultural, foi a corrente de críticos e historiadores literários, para os quais o

essencial era a ênfase na busca dos valores da tradição e da história (idem, , p.17).

O que fica então evidente é a ‘pedagogia’ de uma busca de caracterização do que seria a *brasilidade*, construída a partir da língua portuguesa e de uma originalidade propriamente brasileira. Esta preocupação em ‘ensinar’ a construir um pensamento e uma literatura nacionais é assumida tanto por historiadores e críticos quanto por ficcionistas, formando-se, assim, um sistema intelectual que foge a toda e qualquer reflexão, apoiando-se em *verdades indiscutíveis* de *autoridades reconhecidas* (ROUANET: 1991, p. 291).

Comparando com a situação da Europa, sabemos que desde o século XVIII, com a aspiração da burguesia ao poder, a literatura passa a ser vista no Velho Mundo como um objeto que adquire o caráter de mercadoria, sobre a qual o público passa a ter direito de opinar. Esta visão é formada nos *salons*, nos cafés, na imprensa. O crítico de arte, através das colunas dos jornais, por um lado, reflete a opinião dos seus pares e, por outro, a orienta e a difunde. Seus escritos têm uma intenção pragmática: difundir valores. Em outros termos, julgar. *Em vez, portanto, de estar sozinho, ele tanto guia, quanto é guiado* (COSTA LIMA: 1981, p.36), discutindo nos salões e nos cafés, informando e sendo informado.

No Brasil, ao contrário, o crítico é um isolado, alguém que não tem público e cujo êxito depende principalmente da sua retórica. Sem ambiente intelectual, ele se torna um juiz autoritário, vendo sempre um adversário em quem diverge de suas idéias. Surgem as tão decantadas polêmicas do século XIX, em que, na verdade, o que o intelectual procura fazer é responder às expectativas nacionais de ‘paradigmas importados’. A questão da literatura nacional vai ser abraçada por leitores de Montesquieu, de Madame de Staël, ou de Taine, que vão buscar fontes de criação de novas formas e temas no *meio* e na *raça*, no sincretismo dos povos e das línguas. A crítica brasileira desse momento é marcada por essa obsessão com as noções de raça e natureza, influenciando a literatura, que adota uma visão bastante européia e estrangeira em relação aos nossos temas. A natureza será a marca de identidade do Brasil, uma natureza que entorpece e amolece, impedindo a reflexão. Passamos a nos ver a nós mesmos como incapazes de filosofia, de humor, de elaboração teórica. O ‘estilo brasileiro’, ‘tropical’, é visto como conseqüência da ação diferenciadora do meio ambiente ou da mistura étnica. Essa recuperação da natureza americana como fonte de inspiração de novos conteúdos e de formas distintas é possível graças à ambivalência do discurso europeu, já apontada neste trabalho, diante das realidades exóticas.

Na verdade, o que impressiona nessa adaptação das idéias européias ao Brasil é a questão da ‘pedagogia’: em termos de colonização, em termos de crítica, em termos de história. Nós, do lado de cá do Atlântico, estaríamos sempre ‘aprendendo’, assimilando. Alunos aplicados, que introjetamos bem as lições e que, até hoje, temos uma imagem deturpada de nós mesmos, vendo-nos com o olhar europeu...

NOTAS

¹ Ferdinand Denis torna-se um verdadeiro procurador intelectual do Brasil na Bibliothèque Sainte-Geneviève. Em 1875, ele representa o IHGB num Congresso de Geografia em Paris.

² Muitos autores vêem nesse livro o programa para a instituição de uma literatura verdadeiramente nacional, na qual deveria ser registrada a *permanência de valores primordiais* (Rouanet, 1991, p.242).

BIBLIOGRAFIA

ADER, J.J.: "*Resenba*" in *Le Mercure de France*, vol. VII, 1824.

CANDIDO, Antonio: *Formação da literatura brasileira*, São Paulo, s. d., Livraria Martins Editora, 2 vols., 2ª edição.

CHACON, Vamireh: *História das Idéias Socialistas no Brasil*, Fortaleza/Rio, Civilização Brasileira, 1981.

COSTA LIMA, Luiz: *Dispersa Demanda*, Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora S.A., 1981.

COUTINHO, Afrânio (org): *Caminhos do pensamento crítico*, Rio de Janeiro, Pallas S.A., 1972.

DENIS, Ferdinand: *Résumé de l'Histoire du Brésil suivi du Résumé de l'Histoire de la Guyane*, Paris, Leconte & Durey, 1825.

DUCHET, Michèle: *Anthropologie et histoire au siècle des lumières*, Paris, François Maspéro, 1971.

HAZARD, Paul: *La crise de la conscience européenne*, Paris, Ed. Fayard, 1953.

MONTESQUIEU, Charles-Louis, baron de: *De l'esprit des lois*, in *Oeuvres Complètes*, Paris, Gallimard, 1958, v.2, 2 v.

ROUANET, Maria Helena: *Eternamente em berço esplêndido*, São Paulo, Siciliano, 1991.

ROUSSEAU, Jean-Jacques: *Discours sur l'origine et les fondement de l'inégalité parmi les hommes*, in *Oeuvres Complètes*, Paris, Gallimard, 1969, 3v.

STAËL, Mme. de: *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*, in *Oeuvres Complètes*, Genève, Librairie Droz, Paris, M.J.Minard, 1959, vol. IV.